

Política de Privacidade

1. Introdução

A *Política de Privacidade da Priberam* foi revista tendo em conta a entrada em vigor do *Regulamento Geral de Protecção de Dados* [RGPD] a 25 de Maio de 2018 e a posterior publicação da *Lei de Protecção de Dados Pessoais*, aprovada pela Lei nº 58/2019, 8 de Agosto, que assegura a execução do RGPD, na ordem jurídica nacional.

1.1 RGPD

O RGPD tem como objectivo geral estabelecer um regime uniforme para a protecção e livre circulação dos dados pessoais das pessoas singulares em toda a União Europeia, que seja aplicado de forma coerente e que assegure um equilíbrio entre os direitos dos titulares de dados e outros direitos constitucionalmente consagrados.

Para sua comodidade existe uma *Edição LegiX®* do RGPD que a Priberam disponibiliza [aqui](#).

1.2 Actualização

A presente *Política de Privacidade*, na sequência da aprovação de alteração legislativa, nomeadamente, mas não exclusivamente, pode ser modificada, em conformidade, a qualquer momento, sem aviso prévio e com efeitos imediatos. As alterações serão publicitadas nos *sites* e, se necessário, solicitada a renovação do conhecimento e consentimento.

Última actualização: 26 de Setembro de 2022

Entrada em Vigor: 26 de Setembro de 2022

Versão Anterior: [Rev. 2021.06 de 25 de Junho de 2021](#) e [Histórico de Alterações](#)

2. Entidade Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais

Priberam Informática, S.A., adiante Priberam, com sede e estabelecimento principal na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 41 - 2.º, em Lisboa, Portugal, NIPC 502 237 740, registada na C. R. C. de Lisboa sob o NIPC, capital social de 60 000 Euros.

2.1 Contactos

Site: www.priberam.com

Email: Privacidade@priberam.com

Tel.: +351 217 817 260 [Chamada para rede fixa nacional]

2.2 Questões e Solicitações

A Priberam procurará dar resposta às questões relativas a esta *Política de Privacidade* bem como a solicitações formuladas nos termos abaixo previstos, que, preferencialmente deverão ser colocadas em *email* enviado para o endereço de *email* referido no ponto 2.1.

2.3 Autoridade Nacional

A CNPD – Comissão Nacional de Protecção de Dados, cujos contactos podem ser consultados em www.cnpd.pt é a entidade nacional competente no âmbito das questões que envolvem o tratamento de dados pessoais.

3. Sites da Priberam

Os *sites* da Priberam, nomeadamente, mas não exclusivamente Priberam.pt, Priberam.com, FLiP.pt, LegiX.pt, Dicionario.Priberam.org, Priberam.pt/dlpo e respectivos subdomínios, têm áreas públicas e podem ter áreas restritas sujeitas ao prévio registo dos utilizadores e/ou à contratação de serviço subjacente. Independentemente do seu carácter público ou restrito a utilização de todos os *sites* da Priberam está sujeita à prévia concordância e aceitação dos Termos e Condições Genéricos e/ou específicos de cada um deles dos quais esta *Política de Privacidade* faz parte integrante.

A utilização que a Priberam faz dos *Cookies* nos seus *sites* está explicada na [Política de Cookies da Priberam](#) que é parte integrante desta *Política de Privacidade*.

4. Recolha de Dados

4.1 Princípios Relativos ao Tratamento de Dados Pessoais

A presente *Política de Privacidade* tem por base os princípios relativos ao tratamento de dados pessoais consagrados no art.º 5.º do RGPD, bem como na posterior execução dos processos associados a esse tratamento.

4.2 Licitude da Recolha e Tratamento

No âmbito do art.º 6.º do RGPD, a Priberam recolhe dados no âmbito de processos em que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

4.2.1 Com autorização do seu titular para uma ou mais finalidades específicas, descritas na altura em que o consentimento é solicitado. [alínea a)]

4.2.1.1 Menores: Em respeito pelo princípio da *minimização dos dados* estipulado na alínea c) do n.º 1 do RGPD, a Priberam não solicita a idade ao *Titular dos Dados Pessoais*, pelo que não sabe se este, ao dar o seu consentimento está ou não legalmente habilitado a dá-lo.

4.2.2 Para execução de um contrato no qual o *Titular dos Dados Pessoais* é parte, na qualidade de cliente e/ou utilizador, mas que, em qualquer caso só pode utilizar depois de ter aceite os *Termos e Condições de Utilização* do produto ou serviço. Esta disposição aplica-se tanto a prestações remuneradas como gratuitas. [alínea b)]

4.2.3 No âmbito de diligências pré-contratuais a pedido do *Titular dos Dados Pessoais*, nomeadamente, mas não exclusivamente, após solicitação de informações, propostas ou períodos de acesso para avaliação de produtos e serviços. [alínea b)]

4.2.4 Para cumprimento de obrigações legais a que está obrigada. [alínea c)]

4.2.5 Para prossecução dos seus interesses legítimos [alínea f)] nomeadamente, mas não exclusivamente os relacionados com:

a) a análise de tráfego nos *sites*;

b) a apresentação de publicidade nos *sites*, nomeadamente naqueles em que são prestados serviços gratuitos e para os quais a publicidade ajuda a suportar os seus

custos. Neste âmbito a Priberam utiliza os serviços da Google pelo que sugerimos a consulta do documento [“We are committed to complying with applicable data protection laws”](#)

5. Utilização dos Dados

5.1 Princípios Gerais

A utilização que a Priberam faz dos dados que recolhe respeita a finalidade e âmbito em que os mesmos foram recolhidos, conforme estipulado na secção 4 (“Recolha de Dados”).

5.2 Clientes e Utilizadores

Enquanto *Cliente* ou *Utilizador* o tratamento dos dados é efectuado nos seguintes âmbitos:

- 5.2.1 Para a execução de todas as obrigações legais decorrentes da contratação e utilização do serviço ou produto a que dizem respeito;
- 5.2.2 Para comunicações directamente associadas à contratação e prestação do serviço;
- 5.2.3 Para transmitir informação sobre a evolução dos produtos e serviços que usa / contrata, nomeadamente, mas não exclusivamente da disponibilização de actualizações e/ou novas versões.

5.3 Transmissão dos Dados Pessoais a Terceiros

A Priberam só transmite a terceiros os dados pessoais que recolhe, respeitando o princípio da *minimização dos dados* estipulado na alínea c) do n.º 1 do RGPD e quando técnica ou legalmente o tenha de fazer, nomeadamente, mas não exclusivamente nas seguintes situações:

- 5.3.1 Nos processos associados a transacções, nomeadamente transmissões relacionadas com pagamentos e/ou comunicação de facturas à Autoridade Tributária;
- 5.3.2 Na comunicação, quando utiliza serviços de terceiros, por exemplo, para o envio de comunicações, nomeadamente de *emails*;
- 5.3.3 Em cumprimento de obrigação legal de resposta a pedido de autoridade competente, tal como entidades reguladoras, órgãos de polícia criminal ou tribunais;
- 5.3.4 Para, no interesse legítimo da Priberam, apresentar / desenvolver acções em defesa dos seus direitos ou para protecção dos seus Clientes e/ou Utilizadores.

6. Direitos do Titular dos Dados Pessoais

6.1 Revogação da Autorização para Tratamento

Em qualquer momento, o *Titular dos Dados Pessoais* pode revogar autorização que tenha dado no âmbito do ponto 4.2.1, alínea a) do art.º 6.º do RGPD, sem prejuízo de que, mesmo assim, a Priberam proceda ao tratamento desses dados quando:

- 6.1.1 Tiverem sido recolhidos no âmbito da celebração de um contrato (4.2.2);
- 6.1.2 Sejam necessários para o cumprimento de obrigações legais (4.2.4);
- 6.1.3 Sejam essenciais para comprovar transacções (5.3.1);
- 6.1.4 Sejam necessários no âmbito de acções de defesa e/ou protecção de direitos da Priberam, dos seus Clientes e/ou Utilizadores (5.3.4).

Em qualquer caso, a *Revogação da Autorização para Tratamento* terá, pelo menos, o efeito de manifestação de vontade de oposição a qualquer tipo de tratamento que não se enquadre nas excepções acima referidas.

6.2 Segurança e Salvaguarda

6.2.1 A Priberam implementou medidas de segurança físicas, informáticas e jurídicas para assegurar a integridade dos dados pessoais e protegê-los contra o acesso, uso e divulgação não autorizados;

6.2.2 Os prestadores de serviços que possam ser utilizados no âmbito previsto no ponto 5.3.2, deverão garantir o mesmo nível de segurança da informação assegurado pela Priberam.

6.3 Acesso

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito de obter da Priberam a confirmação de que os seus dados são ou não objecto de tratamento e, se for esse o caso, o direito a aceder-lhes e saber a finalidade dos tratamentos a que os mesmos são sujeitos e demais informações previstas nos termos do art.º 15.º do RGPD.

6.4 Rectificação

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito de obter a rectificação de dados inexactos nos termos do art.º 16.º do RGPD.

6.5 Apagamento (“direito a ser esquecido”)

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito de solicitar o apagamento dos seus dados, nos termos do art.º 17.º do RGPD. O apagamento efectivar-se-á sem demora injustificada a não ser que a retenção dos dados seja necessária por um dos motivos estipulados no ponto 3 do mesmo artigo, nomeadamente, mas não exclusivamente quando os dados:

6.5.1 Tiverem sido recolhidos no âmbito da celebração de um contrato (4.2.2);

6.5.2 Sejam necessários para o cumprimento de obrigações legais (4.2.4);

6.5.3 Sejam essenciais para comprovar transacções (5.3.1);

6.5.4 Sejam necessários no âmbito de acções de defesa e/ou protecção de direitos da Priberam, dos seus Clientes e/ou Utilizadores (5.3.4).

6.6 Limitação do Tratamento

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito de solicitar o apagamento dos seus dados nos termos do art.º 18.º do RGPD. A *Limitação do Tratamento* poderá ser usada em vez do *apagamento* quando este tenha sido solicitado e não possa ser concretizado por uma das razões descritas no ponto 6.5.

6.7 Portabilidade

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito de receber da Priberam os dados pessoais e ainda a que eles sejam transmitidos a outro *responsável* nos termos do art.º 20.º do RGPD.

6.8 Notificação de Violação

O *Titular dos Dados Pessoais* tem o direito a ser notificado caso ocorra uma violação dos dados susceptível de implicar um elevado risco para os seus direitos e liberdades, conforme estipulado e nos termos do art.º 34.º do RGPD.